



**COMUNICADO DE AUDITORIA Nº 6639702 – SRSA**

**UNIDADE AUDITADA:** PM DE SÃO BORJA

**MUNICÍPIO:** SÃO BORJA

O presente Comunicado é um documento não conclusivo da atividade fiscalizatória contínua deste Tribunal de Contas, com o objetivo de informar situações potencialmente irregulares detectadas. Dessa forma, oportuniza-se a adoção de medidas saneadoras que forem julgadas necessárias.

Sendo uma peça pré-processual, não constitui intimação nem demanda esclarecimentos.

Ainda assim, se houver interesse do órgão em oferecer informações sobre a situação relatada ou comprovar sua regularização, pode fazê-lo por meio do protocolo eletrônico "Informações Complementares – Comunicado de Auditoria" no e-TCERS (processo eletrônico).

Registra-se ainda que, em não havendo a regularização dos fatos comunicados, a matéria poderá ser relatada em processo de contas, quando estará sujeita à análise e deliberação oportuna pelo respectivo órgão julgador do Tribunal de Contas, sendo então oportunizada a prestação de esclarecimentos.



## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este comunicado, que está sendo enviado simultaneamente ao Relator das Contas do presente exercício e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa n. 06/2021 do TCE-RS, é peça informativa regulamentada pelo art. 93-A do Regimento Interno e pela Instrução Normativa n. 06/2021, e contém os seguintes achados preliminares detectados durante a atividade fiscalizatória deste Tribunal de Contas fundamentada nos arts. 31, 70 e 71 da Constituição Federal, arts. 70 e 71 da Constituição Estadual e na Lei Estadual n. 11.424/00:

## 2 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E CONTRATOS

### 2.1 Procedimentos Licitatórios

#### 2.1.1 Pregão Eletrônico nº 13/2025 - arbitragem

O Executivo Municipal de São Borja publicou Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2025, cujo objeto é o Registro de preços de serviços de arbitragem para a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Eventos de São Borja/RS.

Todavia, evidenciou-se inconformidades na formação dos preços de referência de alguns itens a serem licitados, conforme será explanado nos parágrafos seguintes.

Primeiro, analisando as tabelas da fase preparatória da licitação - especificamente a pesquisa de preços - observa-se que, para a "arbitragem futsal adulto", o jurisdicionado havia inferido um preço de referência de R\$ 280,25 decorrente de 4 licitações ocorridas entre agosto/2024 e janeiro/2025. Por motivo desconhecido, este preço foi alterado para R\$ 398,33 no momento da publicação do Edital.

Este novo (alterado) preço de referência se descolou da realidade do mercado regional, conforme pode ser visto na tabela abaixo, onde a Auditoria pesquisou preços licitados por outros órgãos na contratação de serviços de arbitragem com equipe de quatro componentes:

Órgão	Modalidade	Nº	Ano	Item	Descrição	Qtde.	Un.	Preço Licitado	Data Licitação
PM DE SANTO CRISTO	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	138	2024	2	PARTIDA DE FUTSAL Partida/jogo de 40 minutos, com dois tempos de 20 minutos. Equipe de arbitragem composta por no mínimo 02 árbitros e 02 mesário por partida.	300	UN	248,00	02/01/2025
PM DE PORTO XAVIER	Pregão Lei 14.133/21 Presencial	2	2025	2	ARBITRAGEM FUTSAL E FUTEBOL SETE MUNICIPAL DE SETE (40 JOGOS) MUNICIPAL DE FUTSAL (55 JOGOS), COPA FRONTEIRA NOROESTE (15 JOGOS) E JOGOS DA ESCOLINHA (12 JOGOS), 2 ARBITROS, 1 MESARIO E 1 CRONOMETRISTA	122	UN	260,00	10/03/2025
PM DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ	Pregão Lei 14.133/21 Presencial	48	2025	3	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL. EQUIPE COMPOSTA POR NO MÍNIMO 1 ÁRBITRO, 2 ASSISTENTES E 1 ANOTADOR (MESÁRIO) POR PARTIDA.	80	JG	291,33	30/04/2025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO  
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE SANTO ÂNGELO



PM DE ALTO ALEGRE	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	2	2025	3	Arbitragem de jogos para Campeonato Municipal de Futsal de Alto Alegre. Categorias: Masculino principal, Feminino e Veterano. Equipe de arbitragem: 1 árbitro principal, 2 árbitros assistentes e 1 anotador.	400	UN	370,00	24/02/2025
PM DE ITATI	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	16	2025	1	001.Arbitragem futsal (futebol de salão) Arbitragem de jogos de FUTSAL Arbitragem para os jogos dos Campeonatos de Futebol de Salão, com 02 árbitros, 01 cronometrista e 01 marcador para atuar nos jogos. Cada jogo contendo 2 períodos de 20 minutos, com um intervalo de 10 minutos. O cronômetro é parado sempre que o jogo é interrompido.	100	UN	388,00	04/04/2025

O mesmo apontamento pode ser estendido à formação e publicação do preço de referência do serviço de arbitragem para futebol sete/society.

Sobre este quantitativo, na licitação em comento o Executivo Municipal exige equipe de "dois árbitros, um anotador e um cronometrista" para a arbitragem de jogos de futsal. Explorando outras licitações pelo Estado do Rio do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>, comumente é exigida equipe de dois árbitros e um mesário - ou seja, uma equipe de três componentes.

Órgão	Modalidade	Nº	Ano	Item	Descrição	Qtde.	Un.	Preço Licitado	Data Licitação
PM DE MATO QUEIMADO	Processo de Dispensa	195	2025	1	ARBITRAGEM ESPORTIVA Prestação de serviços de arbitragem para o campeonato municipal de futsal e para rodadas regionais que o município sediará durante o ano. Para a arbitragem de jogo de Futsal, a equipe deve conter no mínimo 02 árbitros e 01 anotador (mesário) que possua conhecimento em operar placar eletrônico. A data de início prevista para os campeonatos será no dia 22 de fevereiro de 2025.	64	UN	245,00	21/02/2025
PM DE TRÊS PASSOS	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	6	2025	5	Serviço de arbitragem para os jogos da Semana da Pátria das Escolas Municipais de Três Passos, nas categorias de pré mirim, mirim, infantil, juvenil e país. Nas modalidades de futsal, voleibol, handebol, basquete e jogos de mesa. Com tempo de 15 minutos cada lado, sendo 2 Árbitros e 1 mesário.	300	UN	57,00	23/01/2025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO  
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE SANTO ÂNGELO



PM DE CACEQUI	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	21	2025	2	SERVICO DE ARBITRAGEM PARA FUTSAL DOIS ARBITROS E UM MESARIO POR PARTIDA TEMPO DOS JOGOS DE 15 A 20 MINUTOS POR TEMPO DE JOGO	120	UN	190,00	02/04/2025
PM DE TRÊS PASSOS	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	6	2025	9	Serviço de Arbitragem para o campeonato de Futsal do campeonato de jogos abertos de inverno nas categorias adulto masculino, adulto feminino, sub 17, sub 13, sub 15, veterano, sub 11, sendo a cotação por jogo de 15 minutos cada tempo, sendo 2 arbitro e 1 mesário para cada jogo	250	UN	193,99	23/01/2025
PM DE TRÊS PASSOS	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	6	2025	8	Serviço de Arbitragem para o campeonato de Futsal do campeonato de verão nas categorias, adulto masculino, adulto feminino, sub 17, sub 13, sub 15, veterano, sub 11, sendo a cotação por jogo de 15 minutos cada tempo, sendo 2 arbitro e 1 mesário para cada jogo	250	UN	194,00	23/01/2025
PM DE NOVA RAMADA	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	8	2025	9	Serviços especializados em arbitragem de voleibol na grama torneios/Jogos Rurais Sol a Sol - Arbitragem Futsal Municipal com 02 (dois) Árbitros e 01 (um) Mesário (competições de um dia, sem deslocamento por rodada)	100	CJ	215,00	06/05/2025
PM DE TUCUNDUVA	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	17	2024	12	ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTSAL Na categoria adulto livre masculino. A contratada deverá oferecer para o desenvolvimento do jogo uma equipe composta por 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário.	50	JG	217,80	13/01/2025
PM DE TUCUNDUVA	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	17	2024	10	ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTSAL Na categoria veteranos. A contratada deverá oferecer para o desenvolvimento do jogo uma equipe composta por 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário.	40	JG	217,80	13/01/2025
PM DE DOIS IRMÃOS	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	26	2025	1	ARBITRAGEM DE FUTSAL PARA COPA TALENTOS DO FUTSAL, NAS CATEGORIAS PRÉ-MIRIM, MIRIM, INFANTIL, MASCULINO E FEMININO (02 ÁRBITROS, 01 MESÁRIO). TEMPO DE JOGO: DOIS TEMPOS DE 15 MINUTOS.	90	JG	220,00	14/03/2025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO  
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE SANTO ÂNGELO



PM DE TUCUNDUVA	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	17	2024	13	ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTSAL Na categoria adulto livre feminino. A contratada deverá oferecer para o desenvolvimento do jogo uma equipe composta por 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário.	40	JG	220,13	13/01/2025
PM DE TUCUNDUVA	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	17	2024	11	ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTSAL Na categoria Sub 7 a Sub 15. A contratada deverá oferecer para o desenvolvimento do jogo uma equipe composta por 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário.	50	JG	220,33	13/01/2025
PM DE NOVA RAMADA	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico	8	2025	8	Serviços especializados em arbitragem de futsal - Jogos Rurais Sol a Sol - Arbitragem Futsal Municipal com 02 (dois) Árbitros e 01 (um) Mesário (competições de um dia, sem deslocamento por rodada)	120	CJ	228,00	06/05/2025
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Assim, a composição da equipe de arbitragem mostra-se passível de reavaliação pelos servidores públicos que elaboraram o termo de referência, visando à redução dos custos aos cofres municipais. Repare, não se trata de tolher a discricionariedade do Administrador Público de selecionar o objeto da licitação e suas especificações técnicas mínimas, mas alertá-lo que equipes de arbitragem de quatro componentes são incomuns nas licitações públicas pesquisadas.

Segundo, na documentação disponibilizada para este procedimento licitatório, inexistente explicação plausível justificando por qual razão o preço do serviço de arbitragem na categoria veteranos seja 13,44% superior ao preço para a categoria livre, sendo que, inclusive, as "horas trabalhadas" são menores na categoria veteranos<sup>2</sup>.

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Preço Unitário
2	80021879 - SERVIÇOS DE ARBITRAGEM - Serviços de arbitragem de futebol de campo. Categoria veteranos/master- 2 tempos de 40 minutos.	UN	120	648,33
1	80021879 - SERVIÇOS DE ARBITRAGEM - Serviços de arbitragem de futebol de campo. Categoria Livre- 2 tempos de 45 minutos.	UN	120	571,54

Encaminha-se o presente Comunicado de Auditoria ao Gestor Público para a sua cientificação a respeito do exposto, oportunizando a adoção de providências para evitar eventuais prejuízos financeiros ao Erário Municipal.

#### Legislação Aplicável

- Lei Federal nº 14.133/2021, art. 23.
- Resolução TCE nº 1.028/2015, art. 86-D.



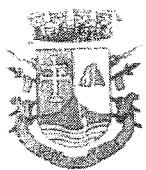
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO  
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE SANTO ÂNGELO



**Notas**

1. A tabela abaixo é exemplificativa. Optou-se por não arrolar todas as licitações contendo equipes de três componentes devido á grande quantidade de registros.
2. A Auditoria, todavia, admite que possa haver a diferenciação entre a arbitragem adulto e infantil, pela especialização e peculiaridades inerentes.

É o Comunicado.



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

## ATA DE REUNIÃO N° 168/2025 (Sequência:17) PREGÃO ELETRÔNICO n° 13/2025

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (20/05/2025), no âmbito do Pregão Eletrônico nº 13/2025/PCE/SMPOP/DCL, registrado no Portal de Compras Públicas, reuniram-se os servidores designados pelo Decreto nº 21.089 de 13 de janeiro 2025 e as alterações, para conduzir os trabalhos relativos à presente licitação, conforme segue: Adriana Piegas de Souza, servidora efetiva, desempenhando neste ato a função de Agente de Contratação/Pregoeira, e os seguintes membros da equipe de apoio: Roberto Carlos Klahr, Tatiane Gavião Camargo, Marinice Niederauer lensen, Renan Renato Pinheiro, Liana Krause Dubal Streb, Reinaldo Menezes Garcia.

### OBJETO DA LICITAÇÃO

Registro de preços de serviços de arbitragem para a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Eventos de São Borja/RS.

### DAS PRELIMINARES

#### Do Recurso

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa *MERCOSUL ESPORTES LTDA ME*, doravante denominada Recorrente, contra decisão da Pregoeira, no julgamento da proposta, que declarou a proposta da empresa *MERCOSUL ESPORTES LTDA ME*, DESCLASSIFICADA no Pregão Eletrônico nº 13/2025,.

**DA TEMPESTIVIDADE DOS PEDIDOS DE RECURSOS:** Conforme previsto no item 10 do edital. a recorrente encaminhou seu recurso dentro do prazo concedido pelo sistema, apresentando as razões recursais **TEMPESTIVAS**, razão pela qual o recurso deve ser conhecido.

### DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE *MERCOSUL ESPORTES LTDA ME*, RAZÕES RECURSAIS:

*"(...) O presente recurso é interposto em decorrência da DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA, da empresa MERCOSUL ESPORTES LTDA ME, tendo em vista o fato da mesma ter inserido na proposta eletrônica no sistema marca/fabricante.*

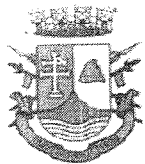
*(...) Motivo Intenção: Manifestamos intenção de interpor recurso pela desclassificação injustificada uma vez que a identificação no sistema, não dá para o pregoeiro saber, quem a empresa do outro lado, uma vez que ele somente terá acesso às informações, após a conclusão da fase de lances, e há previsão no edital.*

*(...) o órgão público deixou de ter obter a melhor proposta da empresa MERCOSUL ESPORTES LTDA ME, que pode ser muito mais vantajoso para a administração, uma vez que fomos declarados vencedor com o menor valor. Pedimos que seja revisto o ato da l. Pregoeira, principalmente, presando a isonomia, a impessoalidade e a proposta mais vantajosas para a administração, respeitando assim os princípios básicos da licitação desde sua lei.*

*(...) A licitante proponente, entendeu que deveria enviar sua proposta no sistema mediante o preenchimento do item 5.3.2, com "marca e fabricante para cada item ofertado...*

*(...) o próprio edital se mostra dúbio quando não especifica em qual exato momento as empresas devem identificar-se (se no item 5.3.2) ou não, no item 5.3.6, no lançamento da sua proposta de preço.*

*O contexto da frase do item 5.3.2.1, remete ao inciso XXI, alínea "a" do art. 6º da lei*



14.133/2021, ao enquadrar a definição de serviço comum de engenharia. Percebe-se a confusão de interpretação textual, uma vez o texto inicia com "obra", e termina com "serviços de engenharia", in verbis:

5.3.2.1. No caso de obras, serviços comuns e serviços de engenharia, os campos "marca", "fabricante" e "descrição detalhada do item" podem ser preenchidos com a palavra "serviço". (grifamos) Aplicando analogia no item 5.3.2.1 do edital, com as definições de "serviço comum" e de "serviço de engenharia", é possível concluir o entendimento de que "serviços comuns" que se encontra no meio do texto, se trata de "serviço comum de engenharia, na qual uma vez que a frase começa com "obras"

(...) não pode prosperar a justificativa da l. Pregoeira, dada a interpretação do texto no item 5.3.2.1, e também da permissão, em deixar essa Recorrente participar da fase de lances, ser declarada vencedora, e após, a pregoeira declarar desclassificada, sob alegação de que a Recorrente infringiu o item 5.6 do edital.

(...) Portanto a justificativa da Pregoeira, é incabível, uma vez que o edital prevê o preenchimento da Marca e fabricante para cada item ofertado no sistema. O que a licitante não pode fazer é no Preenchimento das propostas "não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação".

#### **VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO AO DESCLASSIFICAR A EMPRESA MERCOSUL ESPORTES LTDA**

(...) O Princípio da vinculação ao ato convocatório dirige-se, pois, tanto à Administração como aos licitantes, posto que estes NÃO PODEM DEIXAR DE ATENDER AOS REQUISITOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Por tudo isso, deve-se levar em consideração a interpretação e aplicação dos preceitos regentes da licitação no caso em comento, de modo que as soluções propostas pela Administração Pública para os casos que enfrenta devem ser compatíveis com os princípios jurídicos supramencionados, sendo IMPERIOSA A INVALIDAÇÃO DAS DECISÕES QUE LHES CONTRARIEM.

Tal princípio não é mera conveniência ou simples prerrogativa legal que pode ser facilmente descartada. Jamais poderia se falar no desrespeito a tal princípio, este está atrelado a, praticamente, todos os demais princípios arrolados pela legislação, doutrina e aceitos pela jurisprudência, a Isonomia e o Julgamento Objetivo são exemplos de princípios adstritos diretamente àquele. Logo, percebe-se que o objetivo maior que vem sendo tratado pela jurisprudência é o de preconizar os princípios do interesse da administração pública e o da ECONOMICIDADE em detrimento do formalismo excessivo. Assim, é possível, ainda, fazer importante análise do presente procedimento: a vantajosidade contida na proposta da MERCOSUL ESPORTES LTDA ora recorrente.

#### **PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE:**

Destacamos que, conforme registrado na sessão pública, a proposta apresentada pela MERCOSUL ESPORTES LTDA no VALOR TOTAL no valor total de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), demonstra uma economia significativa em comparação ao valor de referência do edital R\$ 509.273,20 (quinhentos e nove mil, duzentos e setenta e três reais e vinte centavos), e também em relação ao valor da empresa declarada vencedora a empresa DAIANE BUJES DA SILVA no valor total de R\$ 498.199,00 (quatrocentos e noventa e oito mil, cento e noventa e nove reais). O valor de economia para os cofres públicos é de R\$





São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

148.199, 00 (cento e quarenta e oito mil, cento e noventa e nove reais). Diferença essa, que a administração poderá estar investindo em outros projetos de interesse da população! Cabe ressaltar que a avaliação criteriosa das propostas, além de considerar o critério de menor preço, deve ponderar outros fatores que garantam a qualidade dos serviços. Contudo, a empresa MERCOSUL ESPORTES LTDA, atende a todos os critérios estabelecidos no edital e, ao oferecer um preço mais competitivo, evidencia sua competência em promover economia ao erário público.

#### VII. DA MANUTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E DA PRESERVAÇÃO DO ERÁRIO CONVOCATÓRIO – DO INSTRUMENTO DE TODAS AS OBRIGAÇÕES POR PARTE DA MERCOSUL ESPORTES LTDA.

Segundo o TCU: "Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."

Lembramos que, quando o gestor leva em consideração o princípio do formalismo moderado o raciocínio é simples, há economicidade de custo-benefício para a administração no processo licitatório. Ela se caracteriza por fornecer a adequação e satisfação do interesse da sociedade, por meio do cumprimento do contrato administrativo. As licitações possuem essa característica e, por essa razão, o melhor gasto deve ter como resultado a economia aos cofres públicos. Dessa forma, deve o agente público analisar com bastante critério as propostas para que se realize a melhor contratação, gerando eficiência e qualidade.

A eficiência, pode-se concluir, trata da capacidade de obtenção de bons resultados, enquanto a eficácia é exatamente a produção de resultados positivos, oriundos da própria capacidade de ser eficiente.

Tratando-se da supremacia do interesse público, importa salientar que ele parte do pressuposto de que a atuação do Poder Público deve estar pautada no interesse público, sempre em consonância com a Constituição e com as leis. Assim, devem os atos emanados da Administração estar de acordo com a "vontade geral" da população.

Não fosse assim, não seriam admitidos nem mesmo os vícios sanáveis os quais, em algum ponto, sempre traduzem infringência a alguma diretriz estabelecida pelo instrumento editalício. Diante dos fatos apontados, esta licitante requer a alteração do resultado do certame uma vez a Recorrente atende todas as especificações técnicas exigidas no edital, e apresentou a proposta mais vantajosa e econômica à Administração (...)

#### **DOS PEDIDOS**

Assim, diante de tudo ora exposto, a MERCOSUL ESPORTES LTDA, requer desta respeitável Pregoeira que se digne de rever e reformar a decisão exarada, e que seja julgado provido o presente recurso, com efeito, para que, reconhecendo-se o equívoco e ou a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, DECLARANDO-SE A RECORRENTE VENCEDORA DO CERTAME. Pois ficou demonstrado documentalmente que a recorrente referente AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025, não incorreu em nenhuma desobediência à qualquer dos dispositivos do EDITAL. Igualmente, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Pregoeira reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informando, à autoridade superior.



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

### **1 - Requeremos ainda:**

*Seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pela manutenção da decisão da Equipe de Apoio, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas."*

*Ainda, alertamos que, em caso de indeferimento definitivo na esfera administrativa, dada a inobservância dos preceitos legais vigentes, temos a intenção de recorrer aos órgãos fiscalizadores e de controle por denúncia e representação, para assegurar o cumprimento das disposições legais vigentes*

### **MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRA DA ANÁLISE DO RECURSO**

Vencidas as fases de razões dos recursos e prazo das contrarrazões, foi constatado que não houve envio de contrarrazão, dessa forma passa-se à análise da peça recursal interpostas pela Recorrente. Vejamos:

Em razão de sua desclassificação por identificação indevida no sistema, via indicação de marca/fabricante:

A empresa sustenta que cumpriu o edital, especialmente no tocante ao preenchimento de marca/fabricante no sistema, conforme previsão do item 5.3.2.1 do edital. Ademais, não houve envio de documentos com timbre, logomarca, assinatura ou outro dado identificador que caracterizasse infração ao item 5.6 do edital, que eventual ambiguidade entre os itens 5.3.2.1 e 5.6 pode causar interpretações divergentes.

O Edital do certame, que constitui a norma vinculante máxima entre a Administração e os licitantes, estabeleceu de forma clara e objetiva no item 5.6:

"5.6. Qualquer elemento que possa identificar o licitante no preenchimento da proposta dentro do sistema eletrônico importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar à sua identificação, até que se encerre a etapa de lances."

Essa vedação tem como finalidade preservar o princípio da isonomia entre os concorrentes e garantir a impessoalidade e imparcialidade do julgamento, evitando qualquer favorecimento ou prejuízo decorrente do conhecimento prévio da identidade dos licitantes.

A vinculação ao instrumento convocatório é princípio basilar da licitação pública (art. 3º da Lei nº 14.133/2021), segundo o qual tanto os licitantes quanto a Administração Pública estão estritamente obrigados a seguir os termos e condições estabelecidos no edital, sem interpretações extensivas ou flexibilizações que contrariem o texto expresso.

No caso em análise, embora o item 5.3.2 exija a indicação de "marca e fabricante para cada item ofertado", essa exigência deve ser compreendida de forma restrita ao produto, e nunca como autorização para inserção de dados que revelem ou permitam inferir a identidade da empresa proponente, como ocorreu no presente caso. A Recorrente, ao preencher o sistema eletrônico, incluiu elementos passíveis de identificação, extrapolando o escopo técnico exigido, o que caracteriza ofensa direta ao item 5.6 do Edital.

A Recorrente alega, ainda, que apresentou a proposta mais vantajosa em termos de preço, argumento que, embora relevante sob o aspecto econômico, não pode se sobrepor às normas editalícias.

O princípio da vinculação ao edital impõe que todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório sejam rigorosamente observadas, independentemente da conveniência momentânea de uma proposta aparentemente mais econômica. O respeito às regras previamente estabelecidas é condição



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

essencial para garantir a segurança jurídica, a isonomia entre os licitantes e a legitimidade do processo licitatório. Assim, a vantajosidade da proposta não exime o licitante do dever de cumprir integralmente o edital. Permitir a manutenção de proposta em desacordo com as regras fixadas previamente seria admitir tratamento desigual entre os concorrentes e abriria precedente para a flexibilização indevida de cláusulas objetivas, o que fere frontalmente os princípios da administração pública. Ainda que a infração tenha sido verificada após a fase de lances, não há previsão legal ou editalícia que autorize a convalidação de propostas que descumpram exigência expressa do edital, sobretudo em relação à vedação de identificação do proponente na proposta inicial.

A jurisprudência e a doutrina são firmes ao reconhecer que a legalidade e a vinculação ao edital devem prevalecer mesmo diante de propostas aparentemente mais vantajosas, sob pena de se comprometer a lisura e a igualdade do certame.

### **JULGAMENTO**

Diante do exposto, **NEGO** provimento ao recurso administrativo interposto, pela empresa **MERCOSUL ESPORTES LTDA**, mantendo a decisão que desclassificou a proposta da Recorrente, com fundamento na violação ao item 5.6 do Edital, por ter inserido informação que permitia sua identificação no sistema eletrônico, em desacordo com as normas do instrumento convocatório. Ressalte-se que, ainda que a proposta da Recorrente apresentasse o menor preço, não é possível relativizar a regra editalícia em nome da vantajosidade, sob pena de comprometer os princípios que regem a licitação pública, especialmente a legalidade, a vinculação ao edital, a isonomia e a impessoalidade.

### **COMUNICADO DE AUDITORIA Nº 6639702 - SRSA**

Registramos o recebimento do COMUNICADO DE AUDITORIA Nº 6639702 – SRSA, enviado com o objetivo de informar situações potencialmente irregulares detectadas, oportunizando a adoção de medidas saneadoras, registrando que em não havendo a regularização dos fatos comunicados, a matéria poderá se relatada em processo de contas. O Comunicado de Auditoria foi encaminhado ao Gestor para a sua cientificação a respeito do exposto, oportunizando a adoção de providência para evitar eventuais prejuízos financeiros ao Erário Municipal. O comunicado será disponibilizado na íntegra no PCP.

### **SUGESTÃO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025**

Registrada a ciência quanto ao recebimento do referido Comunicado de Auditoria, que constitui fato superveniente à deflagração do processo licitatório em questão. Trata-se de documento oficial que alerta sobre situações potencialmente irregulares identificadas, conferindo à Administração a oportunidade de adoção de medidas saneadoras, conforme previsto nos princípios da autotutela e da supremacia do interesse público.

Considerando que, de acordo com o comunicado, a inércia na adoção de providências poderá ensejar o relato da matéria em processo de contas, com possíveis repercussões financeiras negativas para o Erário Municipal, deliberou-se, por unanimidade, sugerir ao Senhor Prefeito Municipal a revogação da presente licitação, de acordo com o art. 71 da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso, a fim de evitar riscos jurídicos e financeiros decorrentes da continuidade do certame. Ressalta-se que o conteúdo integral do Comunicado de Auditoria será disponibilizado no sistema PCP, para fins de transparência e registro oficial, sendo este documento considerado fundamental para a reavaliação do processo em tela.



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

Dessa forma, a presente ata será formalmente encaminhada ao Senhor Prefeito Municipal, para conhecimento e **decisão final quanto à revogação ou continuidade do certame.**

#### ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Pregoeira encerrou os trabalhos da presente reunião. Eu, Adriana Piegas de Souza, lavrei a presente ata, que, após lida e achada conforme, segue assinada por mim e pelos demais membros da equipe de apoio.

#### AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRA

ADRIANA PIEGAS DE SOUZA

#### EQUIPE DE APOIO

ROBERTO CARLOS KLAHR

TATIANE GAVIÃO CAMARGO

RENAN RENATO PINHEIRO

LIANA KRAUSE DUBAL STREB

REINALDO MENEZES GARCIA

MARINICE NIEDERAUER IENSEN

1 Smpol.  
CONFORME DECISÃO TCE Nº 6639 Feb,  
DECIDIDO PELA REVOGAÇÃO —  
22.05.2017

Jefferson Olea Homrich  
Vice-Prefeito de São Borja/RS  
no exercício do cargo de Prefeito